

OS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS

THE PREPARATORY COURSES TO ACCESS THE UNIVERSITIES AND THEIR ANTI-RACIST PEDAGOGICAL PRACTICES

Diego da Costa Vitorino*

RESUMO: Neste trabalho apresenta-se um conjunto de pesquisas que têm como foco de suas análises projetos de cursinhos pré-vestibulares populares com o recorte étnico-racial. A proposta evidencia o contexto histórico de surgimento dos cursinhos pré-vestibulares populares, que hoje são uma reivindicação social e uma política compensatória, ou seja, suas experiências são serviços ou demandas que estão para além da boa vontade de entidades de assistência social, religiosas, movimentos sociais ou entidades não governamentais. Essas são experiências que podemos caracterizá-las, portanto, como propostas de ação afirmativa no âmbito das políticas educacionais, que também são exemplos de educação popular e de práticas pedagógicas antirracistas.

Palavras-chave: Cursinhos pré-vestibulares; Movimento negro; Educação antirracista.

ABSTRACT: This paper presents a set of researches that has as a focus its analyzes, projects in popular preparatory courses to access the universities in an ethnic-racial perspective. The proposal highlights the beginning of the historical context of these courses, which are nowadays a social claim and a compensatory policy. The acquired experience with these preparatory courses are services or demands that are beyond the goodwill of the social assistance, religious, social movements and non-governmental entities. These are experiences that we can characterize as affirmative proposal actions in the educational policies context, which are also examples of popular education and anti-racist pedagogical practices..

Keywords: Preparatory courses to access the universities; Black movement; Anti-racist education.

O EMBRIÃO E O SURGIMENTO DOS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

Os cursinhos pré-vestibulares populares são aquelas experiências educacionais que podemos identificá-las como propostas de educação não

* Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Membro do Laboratório de Estudos Africanos e da Diáspora da Unesp e professor de educação básica e ensino superior. Contato: diego.vitorino82@gmail.com

formal. Segundo a pesquisadora Dulce Whitaker (2010), foi no fim do século XX (mais precisamente na década de 1990) que eclodiram diferentes experiências de cursinhos pré-vestibulares populares, em meio ao alvoroço do processo de redemocratização, criados pelo idealismo de ativistas políticos, estudantes universitários, entidades eclesiais, ONG's, além de propostas de políticas públicas de partidos de esquerda que chegaram ao poder político. Esse idealismo mantinha seus esforços na luta pelo acesso da população pobre e carente à educação gratuita.

No entanto, há que se ressaltar as inúmeras experiências desses mesmos cursinhos pré-vestibulares populares dentro dos muros das universidades brasileiras desde a década de 1970, através da atuação dos Diretórios Acadêmicos dessas instituições para atender aos jovens de baixa renda. Whitaker (2010) afirma que nestes casos lecionavam as aulas dos cursinhos os próprios alunos de graduação. O embrião dos cursinhos pré-vestibulares populares, portanto, surgiu neste contexto da cultura universitária e justamente por isso não teve de início visibilidade, nem abrangência enquanto fenômeno educativo. Como exemplo a pesquisadora cita o Cursinho da USP São Carlos, já na década de 1970, e o cursinho da Faculdade Politécnica da USP São Paulo, na década de 1980.

Já a novidade das experiências dos cursinhos pré-vestibulares populares que surgiram a partir da década de 1990 está tanto nas suas intenções, como sugeri Whitaker (2013), como também na sua proliferação, se aprofundarmos um pouco mais nossos estudos acerca deste fenômeno educativo. Neste contexto, temos que citar o projeto Steve Biko, na capital baiana, ainda no fim da década de 1980, e, em 1992, o Cursinho Pré-Vestibular para Negros e Carentes (o PVNC) e o Educafro (Educação e Cidadania para Afrodescendentes e Carentes), que através da figura do frei David Raimundo dos Santos, ficou nacionalmente conhecido. A rede Educafro é uma entidade ligada ao SEFRAS – Serviço Franciscano de Solidariedade e atua em São Paulo desde 1996.

Hoje, os cursinhos pré-vestibulares populares são uma reivindicação social e uma política compensatória, ou seja, suas experiências são serviços

ou demandas que estão para além da boa vontade de igrejas ou entidades não governamentais. São experiências que podemos caracterizá-las, portanto, como propostas de ação afirmativa, que no entendimento de Eliane Cavalleiro (2005) são políticas públicas ([mas também podem ser políticas de instituições privadas, porém com fins públicos, cabe salientar!]) capazes de garantir princípios constitucionais que se referem à igualdade material e à neutralização dos efeitos tanto da discriminação racial, de classe, de gênero, quanto pela idade, pela origem nacional, entre outras formas de preconceitos e xenofobia.

Depois de anos de estudos, pesquisadores conseguiram mapear a atuação desses cursinhos pré-vestibular populares em diferentes contextos socioculturais no Brasil, por diferentes perspectivas teóricas e campos de pesquisa. Renato Santos (2005) nos descreve a situação do PVNC como uma rede de cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes surgida na baixada fluminense nos primeiros anos da década de 1990, que chegou a gerir o trabalho em 90 núcleos na região metropolitana do Rio de Janeiro. Sobre o Educafro, Santos afirma que a rede se nacionalizou e chegou à marca de 190 núcleos e mais de 10.000 alunos. Mas o autor lembra também do MSU – Movimento dos Sem Universidade, que atua em 10 Estados brasileiros (BA, DF, ES, MA, MG, PR, SP, RN, RJ, TO).

O próprio pesquisador fala que desde o início da década dos anos 2000, as experiências de cursinhos passaram da casa de milhares de projetos espalhados pelo país, que o autor não considera como experiências “isoladas”, sem nenhum objetivo coletivo bem definido, pelo contrário. O mesmo pesquisador diz textualmente que a própria estruturação do PVNC era um desdobramento de um conjunto de estratégias do movimento negro da década de 1970 e 1980. E, por fim, nos esclarece sobre as práticas pedagógicas antirracistas que, segundo ele, se baseavam na auto-gestão, no trabalho voluntário, na quase inexistência de compromissos financeiros por parte dos educandos, além de uma agenda de discussão e intervenção com recorte étnico-racial, levando em consideração as dimensões da pobreza, com um sério compromisso com as injustiças no campo da educação não formal.

Já Whitaker (2010) nos descreve uma experiência de moradores de um assentamento de reforma agrária que implantaram um cursinho pré-vestibular popular por alguns anos na década de 2000, que foi a primeira experiência do tipo no país. Para esta pesquisadora, todas essas diferentes iniciativas são práticas que vão na “lógica da inversão”. Tal lógica teria como princípio a inversão da lógica reprodutivista do sistema escolar, tal qual nos denuncia o pensamento bourdieusiano, inclusive pelo fato de no Brasil haver um seletivo vestibular como barreira para o acesso das classes populares ao ensino superior nas melhores universidades brasileiras.

Para a mesma autora, estes cursinhos pré-vestibulares populares colaboram para que as classes populares possam se apropriar de estratégias já experienciadas pelas elites, porque desde as décadas de 1970, os donos dos cursinhos pré-vestibulares de diferentes franquias da rede privada de educação no país já tinham certeza que investir na educação era um grande negócio e foi quando esse empresariado expandiu seus negócios neste específico campo da educação não formal para atender a clientela das classes médias emergentes. Com o sucesso da marca Objetivo, criou-se um campo empresarial que acabaria por absorver ou destruir as modestas experiências “artesaniais” de cursinhos pré-vestibulares populares ao longo de uma década.

Segundo a pesquisadora, a própria “invenção do vestibular”, cuja origem remonta a década de 1910, quando foram criados os exames de admissão ao ensino superior no Brasil, acabou por gerar o que seria o embrião dos cursinhos pré-vestibulares. O nome “Exames Vestibulares” passou a ser adotado em 1915 e parece ter mobilizado os educadores para a criação de cursos de revisão e ampliação de conteúdos do ensino básico. Tanto que a Reforma de Ensino Rocha Vaz, de 1925, em seu artigo 54, nos lembra Whitaker (2010), criava um curso do tipo “preparatório” para os candidatos à matrícula na Escola Politécnica da USP. Na mesma linha, décadas depois já surgiam os cursinhos pré-vestibulares para Medicina, Direito e Filosofia na década de 1950. Portanto, conclui a pesquisadora que certamente, por mais de meio século, as experiências de cursinhos pré-vestibulares têm garantido a

trajetória, primeiramente das elites, aos cursos do ensino superior e às profissões de mais elevado status social para a sociedade capitalista.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS DOS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES

Essas propostas dos cursinhos pré-vestibulares populares que eclodiram na década de 1990 podem ser descritas como educação não formal porque surgem da necessidade do cotidiano enquanto ação dos atores sociais fora do ambiente escolar ou da educação formal. Estas experiências consideram, portanto, os interesses das classes populares com o objetivo de ajudar a transformar a realidade educacional de seus filhos. A inovação destes projetos está mais no fato de complementar às disciplinas escolares, introduzindo outras disciplinas que os auxiliam em assuntos que estão em suas agendas e fazem parte de suas intervenções. Essas intervenções irão implicar em alterações no currículo a fim de ampliar o capital cultural dos estudantes. Exemplos de disciplinas incorporadas às grades destes projetos são: “Cidadania e Cultura”, “História da África”, “História da América”, “Filosofia”, “Sociologia” (GOMES & VITORINO, 2017, p. 189).

Outro cursinho pré-vestibular popular descrito pelas pesquisas desenvolvidas na área da educação foi o projeto da ONG FONTE. Tal pesquisa (VITORINO, 2009), revela que a experiência desta entidade durou quase uma década numa cidade de médio porte do interior paulista chamada Araraquara. A organização não governamental FONTE – Frente Organizada para Temática Étnica –, atuou de 2003 a 2012 e, entre outras ações, teve papel importante na educação não formal dos jovens negros e pobres da localidade que almejavam as carteiras das universidades. Segundo a pesquisa, a entidade teve sua proposta de combate ao racismo ampliada a partir de 2006, quando elaborou uma formação continuada para seu corpo de jovens professores, alguns ainda estudantes de graduação do Campi da UNESP nesta mesma cidade. Neste ano, a ONG FONTE passou a contar com o financiamento do programa federal com a UNESCO chamado “Diversidade na Universidade”. A primeira

pesquisadora a estudar tal programa foi Rebecca Igreja (2005) num trabalho intitulado “Estado Brasileiro e as Ações Afirmativas”.

Segundo Igreja (2005), o programa foi lançado em julho de 2003 e deveria aplicar 9 bilhões de dólares no país nos três anos seguintes, porém, após anos de implantação, o mesmo se resumiu, como enfatiza a autora, ao seu componente 3 que era o PIC – Projetos Inovadores de Curso. O PIC tinha como meta apoiar e avaliar propostas que visavam à promoção do acesso à educação superior e ao reforço do desempenho no Ensino Médio de estudantes afrodescendentes e indígenas em desvantagem social. Ou seja, desde os pareceres favoráveis ao programa até a sua implementação pela SECADI – Secretaria de Educação continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (secretaria ligada ao MEC e extinta pelo governo golpista de Michel Temer [2016 a 2018]), a pesquisadora percebeu inúmeras distorções da proposta do programa, uma vez que o acompanhara desde a sua concepção em 2002.

Segundo Vitorino (2009) as parcerias estabelecidas pela ONG FONTE, no plano micro desta política educacional, além de ampliar a capacidade dos educadores de construir práticas pedagógicas antirracistas, produziu um conjunto de ações pedagógicas sistematizadas num relatório encaminhado ao escritório da UNESCO, no Distrito Federal, como uma das formas de prestação de contas da entidade que atuava em Araraquara. O documento chamou “Relatório de Acompanhamento de Atividades de Combate ao Racismo e Valorização das Questões Étnico-Raciais”. Neste documento consta em pormenor a proposta pedagógica antirracista estruturada pelo corpo dirigente do cursinho pré-vestibular popular para negros e carentes da entidade. É necessário salientar que, mesmo antes, em 2003 e 2004, a ONG FONTE já mantinha em sua estrutura curricular a disciplina “Cultura e Cidadania”, uma herança de sua vinculação enquanto um dos 190 núcleos de cursinhos pré-vestibulares populares gerenciados pelo Educafro.

Sobre o assunto da disciplina “Cidadania e Cultura”, quem nos esclarece é novamente Santos (2005), ao lembrar que a mesma proposta de disciplina estava presente tanto na estrutura pedagógica do PVNC, quanto no currículo

da proposta de cursinhos do Educafro, o que sugere que as entidades tenham uma mesma origem. Segundo o pesquisador, a disciplina elucida como os pactos ideológicos, apesar de frouxos na sociedade, garantiram um mínimo de coesão para a estruturação de um movimento que permitiu a difusão e o fortalecimento da consciência antirracista nos cursinhos pré-vestibulares populares. Assim que o próprio autor nos explica sobre:

“Ela [a disciplina] é um importante signo distintivo do caráter popular, alternativo e questionador inerente aos pré-vestibulares deste tipo [...] assim o pré se consubstanciaria numa iniciativa de educação popular [...] a criação de uma disciplina específica com este fim, ou, de um momento privilegiado para garantir tais discussões, fez de Cultura e Cidadania o elo de convergência entre a preparação para o vestibular, a conscientização política e a busca de uma proposta pedagógica adequada à realidade e aos interesses dos segmentos sociais envolvidos no PVNC” (SANTOS; 2005, p. 238).

Voltando à proposta de Araraquara-SP, a partir de 2006 o cursinho pré-vestibular da ONG FONTE inicia o processo de formação continuada dos seus educadores para o combate ao racismo e a valorização étnico racial, além de atuar junto aos educandos em dois eixos: oficinas pedagógicas e oficinas culturais. Entre as oficinas pedagógicas destacamos “História da África”, “História da América Latina”, oficina de “Valorização da história pessoal do aluno”, “Novo olhar sobre a história do negro no Brasil”, “Os negros em movimento” e a oficina “O movimento Hip Hop”. Entre as oficinas culturais haviam as danças afro-brasileiras, o violão e a capoeira. No tocante às formações dos educadores destacam-se as palestras “A questão racial e a educação” (ministrada pelo MEC/SECADI), “A construção da nação arco-íris”, “A história da África”, “O planejamento pedagógico na prática do professor”, “Políticas de identidade e políticas públicas educacionais”, “A temática indígena na sala de aula”, “Ensino de Ciências e relações étnico-raciais”, “A saúde da voz na prática docente”. Para não me estender, subtraí o nome dos pesquisadores responsáveis por cada uma dessas palestras e oficinas, mas a entidade contou com diversos estudiosos de diferentes universidades

brasileiras UNESP, UFSCar, UERJ, entre outras, em cada uma das temáticas específicas debatidas.

As atividades pedagógicas e culturais buscavam romper com a ideologia ou arbitrário cultural dominante acerca do negro, procurando construir fissuras em crenças, preconceitos, estereótipos e estigmas que recobrem como fumaça as histórias dos negros e dos povos indígenas em nosso país. Além da valorização dessas culturas, a formação docente tinha como propósito questionar imaginários negativos e buscar a importância dessas contribuições culturais, que frequentemente são desvalorizadas pelo sistema escolar em suas práticas de ensinar e aprender, para questionar o currículo escolar que muitas vezes é eurocêntrico. Gomes & Vitorino (2017) demonstram, em bibliografia recente, que ainda é muito comum que nos sistemas escolares se mantenham alguns discursos que naturalizam as diferenças e impõem certa hierarquização aos grupos sociais, seja com relação à “raça” ou etnia, à questão de classe ou de gênero. Por isso, uma forma de lidar eticamente com o tema é propor que a escola seja um espaço onde haja o direito de se preservar a diversidade, tanto sociocultural, como aquela referente ao gênero e à sexualidade.

Podemos, então, depreender que a educação formal pode ser complementada pela educação não formal por meio de temas do cotidiano, tão significativos quanto ricos em temáticas, algumas bastante urgentes como o sexismo, o racismo, a pluralidade cultural, a intolerância, a violência, a exploração. (GOMES; VITORINO, 2017, p. 193)

Além disso, os autores ressaltam que se torna fundamental também romper com a prática de um discurso que simula uma pseudo “neutralidade”, ainda muito presente na instituição escolar. Essa pseudo neutralidade contribuiria para a formação de um eu social padronizado, que diferenciaria o comportamento de homens e mulheres numa lógica binária e naturalizante, o que nos levaria a modelos prévios dos papéis sociais. Segundo os autores, pensar em práticas pedagógicas para o século XXI, implica romper essa suposta “neutralidade”, que nada tem de neutra e é reprodutora do *status quo*. Daí que práticas pedagógicas como estas dos cursinhos pré-vestibulares

populares são compreendidas como atividades didáticas que podem criar uma consciência antirracista, antissexista, que preservem a possibilidade da liberdade religiosa e não preguem a intolerância, por exemplo.

QUAL A PROPOSTA POLITICO-PEDAGÓGICA DOS CURSINHOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES?

Assim, para finalizar este artigo, cabe lembrar o contexto histórico de adesão das políticas de ações afirmativas no Brasil. Parafraseando o pernambucano Gilberto Freyre, Valter Silvério (2003) reinventou a metáfora de “Casa Grande e Senzala” para refletir sobre a adoção das ações afirmativas no caso dos EUA e o caso brasileiro, sugerindo que os contextos históricos são muito distintos e assegura-nos sobre a necessidade ainda fundamental na adoção dessas medidas no âmbito brasileiro. Se nos EUA, a “Casa Grande”, as ações afirmativas são institucionalizadas pela E.D. 11.246/1965, no Brasil, a “Senzala”, a adesão dessas políticas por parte do Estado ocorreu tardiamente, apenas no início dos anos 2000, sendo um de seus reflexos legais a lei 10.639/2003, alterada posteriormente pela lei 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade do estudo das histórias e culturas africanas, afro-brasileira e as culturas indígenas, em diferentes níveis do sistema escolar nacional.

Para Whitaker (2010) as experiências educativas dos cursinhos pré-vestibular populares são inovadoras porque conseguem repensar estratégias pedagógicas necessárias ao aperfeiçoamento das camadas populares para os vestibulares. Os cursinhos pré-vestibulares populares, portanto, são um aperfeiçoamento das propostas de cursinhos pré-vestibulares privados, pois têm funções estratégicas e políticas que permitem que as classes populares ultrapassem o seletivo sistema educacional superior.

Para a autora, seria interessante pensar em ações pedagógicas que não estivessem baseadas na tão comum violência simbólica praticada pelo sistema escolar – denunciada pela ideia de educação bancária – e, por isso, iniciar o processo ensino-aprendizagem a partir da perspectiva e dos saberes dos educandos, a fim de que, posteriormente, estes possam estabelecer esquemas de assimilação entre seus saberes e os conhecimentos universalmente

valorizados na sociedade capitalista. Além disso, a pesquisadora salienta que é também muito necessário resgatar a autoestima desses educandos, conscientizando-os de que são capazes, de que é preciso que eles resistam e, se preciso for, permanecer um, dois ou três anos no cursinho pré-vestibular popular, além de entenderem que estes projetos podem ser trampolim para o ensino técnico.

Para esta socióloga, o fato de os cursinhos pré-vestibulares populares serem marginais ao sistema de ensino escolar oficial e, ao mesmo tempo, estarem quase institucionalizados na trajetória escolar dos jovens educandos das camadas pobres e médias, os constituem num verdadeiro paradoxo da educação no Brasil. Para a pesquisadora, os cursinhos pré-vestibulares populares atestam o fracasso do sistema escolar formal, leia-se oficial, em preparar seus jovens para o vestibular, tanto para aqueles que cursaram o ensino básico público, como para aqueles que cursaram no ensino privado.

Inspirado na perspectiva decolonial de Clóvis Moura, principalmente pela obra *Sociologia do Negro Brasileiro*, poderia supor, portanto, que esse paradoxo, do qual fala Whitaker (2010), seria mais uma estratégia que o Estado brasileiro encontrou como brecha para a manutenção de seu racismo estrutural contra as classes oprimidas? Sabe-se hoje que desde o período imperial de nossa história há a criação ora de leis repressoras, ora de “leis protetoras” (de caráter liberal) ou mesmo de estratégias ou processos de peneiramento para que o negro fosse sendo aglomerado à massa marginalizada de trabalhadores e trabalhadoras no país – vide os trabalhos de Lélia Gonzalez sobre as perspectivas das mulheres negras e o lugar de negro – e que tais mecanismos mantiveram negras e negros nos mais baixos extratos econômicos de nossa sociedade. Seria então esse paradoxo uma forma contemporânea do Estado brasileiro, aparelhado pela ideologia da classe dominante, manter jovens negras e negros, indígenas e egressos da escola pública fora do disputado ensino superior? Parece-me que sim.

Por isso não se pode considerar o lugar dos cursinhos pré-vestibulares no nosso sistema de ensino como irrelevante. O fato dos “cursinhos” se manterem fora do sistema educacional brasileiro oficial é uma clara falta de

política educacional para a juventude pobre continuar seus estudos. Isso fica cada vez mais evidente, ainda mais por saber que manter os cursinhos pré-vestibulares fora da educação formal criou um filão no mercado para o empresariado da educação privada nas décadas de 1970 e 1980, como já citado acima e que justamente não atendia a população pobre em geral.

Essa “aparente falta de lógica” no funcionamento do sistema educacional brasileiro pode revelar através desse paradoxo um mecanismo que o Estado brasileiro encontrou para aumentar as barreiras de acesso dessas populações ao ensino superior, tal qual a Reforma Universitária em 1968 – na época da ditadura civil-militar – que também ampliou a competição nesse nível de ensino. Mas se houveram retrocessos no processo histórico, houveram também resistências e tomadas de decisão política que sugerem suas contradições. Negras, negros, indígenas e carentes dependeram das ações dos movimentos sociais das décadas de 1990 e 2000, como demonstram Santos (2005) e Vitorino (2009) ao mencionarem o movimento negro, para que estes grupos populacionais, impossibilitados de pagar os cursinhos pré-vestibulares privados, pudessem contar com experiências de educação não formal que os deixassem melhor preparados para os diversos exames vestibulares criados. Neste sentido, tais pesquisas nos ajudam a compreender as origens dessas práticas pedagógicas antirracistas, que brotam do seio do movimento social, que desde o pós-abolição, no caso da população negra principalmente a partir da década de 1930, que toma para si a tarefa de manter projetos educacionais que auxiliam os projetos sociais do movimento e que visam um melhor futuro para as próximas gerações através da educação.

Apesar de geralmente os métodos de ensino nos cursinhos pré-vestibulares não permitirem tempo para o debate, para reflexões, para críticas e para a mobilização meta-cognitiva adequada, Whitaker (2010) verifica nesse fenômeno educativo o que chamou de “efeito cursinho”. Para ela o efeito se revelou quando a mesma observou, em pesquisa sobre o vestibular da UNESP (VUNESP), que as maiores porcentagens de ingressantes nesta universidade eram compostas por candidatos que realizaram um ou dois anos de cursinho pré-vestibular. “Com métodos de ensino que as Ciências da Educação

condenariam, os cursinhos são fatores, se não de sucesso, no mínimo de eficiência, para aprovação no vestibular” (WHITAKER, 2010, p. 291). Para a autora, o “efeito cursinho” não significa um milagroso efeito mecânico de acesso à universidade, derivado da frequência do(a) aluno(a) às aulas, mas está baseado na acumulação do capital cultural realizada pelo(a) jovem ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a pesquisadora afirma ser importante que os jovens tomem consciência dos problemas estruturais que limitam seus acessos às universidades, tais como a baixa quantidade de vagas nas universidades públicas e gratuitas, assim como a alta concorrência e as dificuldades educacionais que os educandos apresentam. Isto serviria não só para que o(a) jovem aumente a sua autoestima, como também poderia fazer com que as(os) educadoras(es) de cursinhos pré-vestibulares populares busquem oferecer um conjunto de conhecimentos, que incorporados, fariam crescer o capital cultural dos(as) jovens. Outra alternativa seria ampliar o tempo de duração do “cursinho” passando-o para um planejamento de dois anos. Tal proposta ajudaria para que as(os) educadoras(es) passassem a usar métodos de ensino mais atuais, com mais debates, reflexões e menos memorização.

Voltando mais uma vez ao caso do cursinho pré-vestibular popular da ONG FONTE, Vitorino (2009) salienta que as políticas de financiamento e parcerias público-privado têm apresentado problemas que atrapalham o bom andamento do trabalho das entidades parceiras: como o fato de as entidades ficarem dependentes exclusivamente de recursos públicos e suscetíveis à política partidária; além de problemas nos repasses de verbas, principalmente no caso de financiamentos advindos de órgãos internacionais, devido à grande burocratização do processo de prestação de contas. Tais questões demonstram que as estratégias neoliberais das agências internacionais estão aquém das necessidades que estes projetos e as entidades promotoras dos mesmos necessitam para manter essa ação característica da educação não formal do movimento negro no Brasil. De qualquer forma, o autor insiste em afirmar que as propostas de cursinhos pré-vestibulares populares com recorte étnico-racial têm sido o palco privilegiado no campo educacional para que

as(os) jovens negras e negros revertam a lógica da reprodução das desigualdades raciais e econômicas no Brasil, pois tais experiências podem projetá-los à aquisição de títulos e diplomas nunca antes conseguidos por integrantes de suas famílias de origem.

A estratégia político-pedagógica do projeto de cursinho pré-vestibular popular para negros e carentes da ONG FONTE e suas práticas antirracistas são inovadoras e, pelo que há de bibliografia na área, demonstra-se que é possível ampliar o capital cultural dos jovens educandos das classes populares a partir de temas como as histórias afrobrasileira e indígenas. Sua proposta de formação continuada do professorado é bastante promissora na elaboração de currículos e práticas pedagógicas antirracistas que busquem a ruptura epistemológica com o etnocentrismo da história oficial contada em perspectiva eurocêntrica. Isso é o que aponta também outro artigo de Vitorino (2015), ao acompanhar a trajetória educacional de três jovens e suas diferentes inserções na educação técnica e superior, após passarem pelo cursinho pré-vestibular popular da ONG FONTE. Além da trajetória de ascensão nos estudos, nos três casos observados, o autor nos revela elementos que nos conduz à análise do capital cultural das estudantes, quando as mesmas, no momento das oficinas pedagógicas da entidade não governamental, puderam evidenciar empiricamente o que conheciam sobre a África através de desenhos. Sem dúvidas, os desenhos produzidos pelas três educandas suscitam um conhecimento que vai para além do senso comum no que se refere ao continente africano, além disso, eles são ricos recursos pedagógicos, metodológicos e instrumentos de análise para a apreensão do imaginário das estudantes acerca do tema. Certamente tais conhecimentos foram utilizados pelas ex-alunas do “cursinho” nos vestibulares e provas nacionais como o ENEM.

Analisar os processos históricos de cada uma dessas experiências de cursinhos pré-vestibulares populares, ainda que possa ser revelador das desigualdades e injustiças sociais que ainda sofrem muitos negros e indígenas no Brasil e que revelam: a) a desvantagem ocupacional; b) a desvantagem educacional; c) a desvantagem locacional, como sugere Silvério (2005),

permite também que tenhamos esperança de que nestas experiências, os movimentos sociais na contemporaneidade – alguns fundamentados em propostas baseadas na pedagogia freiriana – criem novas propostas e práticas pedagógicas, que sejam de fato democráticas e antirracistas a ponto de serem capazes de combater a ideologia que pode ser representada pelo mito da “incapacidade intelectual” que certos grupos subalternizados sofreriam e que justificariam suas posições na estrutura social nas sociedades capitalistas.

REFERÊNCIAS

CAVALLEIRO, Eliane. “Apresentação”. In: SANTOS, Sales A. (org.) **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC, 2005.

GOMES, Thauana P. S.; VITORINO, Diego da C. **Educação formal e não formal**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A., 2017.

IGREJA, Rebeca L. O Estado brasileiro e as ações afirmativas. **Revista ADVIR**, Rio de Janeiro, n. 19, 2005.

SANTOS, Renato E. “A difusão do ideário anti-racista nos pré-vestibulares para negros e carentes”. In: SANTOS, Sales A. (org.) **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.

SILVÉRIO, Valter. “Ações afirmativas e diversidade étnico-racial”. In: SANTOS, Sales A. (org.) **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.

_____. “Ação afirmativa: a perspectiva da ‘Casa Grande’ e da ‘Senzala’”. **Perspectivas – Revista de Sociologia**, Araraquara, v. 26, 2003.

VITORINO, Diego da C. **O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG FONTE (Araraquara – SP) à luz dos debates sobre racismo e cultura negra**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2009.

_____. Ação social e combate à pobreza: perspectivas com base em desenhos negros. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 5, n. 1, 2015.

WHITAKER, Dulce C. A. “Da ‘invenção’ do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para Orientação Profissional”. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, n. 2, 2010.

Recebido em: 13/08/2020

Aprovado em: 05/11/2020